



**ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO TÉCNICA DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES DA CODEVASF**

**RECURSO ADMINISTRATIVO COM EFEITO SUSPENSIVO**  
**EDITAL Nº 17/2010**

**NABLA CONSTRUÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 06.866.305/0001-67, com sede na Rua Coronel Salviano Lopes, nº 37, Papicu, Fortaleza-CE, CEP: 62.676-000 representadas neste ato por seus judiciais patronos ao final subscritos, vem, perante V. Sa., com o devido e merecido respeito, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão proferida pela **COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF**, ligada ao Ministério da Integração Nacional, com endereço situado no Edifício Dep. Manoel Novaes, Salas 201/202, Setor de Grandes Áreas Norte - SGA/Norte, Quadra 601, Conjunto 1, Brasília/DF, CEP: 70.830-901, que faz com base nos fundamentos de fato e de direito a seguir expendidos:

**1.0. PRELIMINARMENTE. DA TEMPESTIVIDADE DOS PRESENTES EMBARGOS.**

1.0. *Ab initio*, cumpre-nos comprovar a tempestividade do presente recurso, com base no disposto no item 14 do edital 17/2010, *in verbis*:

**14. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

14.1. Caberá recurso administrativo das decisões emanadas da Comissão Técnica de Julgamento, em quaisquer das fases da presente licitação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da divulgação da decisão.

[...]

14.5. O recurso, nos casos de habilitação ou inabilitação da licitante e julgamento das propostas, tem **EFEITO SUSPENSIVO**.



14.6. Somente serão considerados os recursos devidamente fundamentados que estiverem dentro do prazo estabelecido no subitem 14.1.

14.7. Recursos encaminhados via fax só terão eficácia se o original for entregue na CODEVASF, necessariamente, até 5 (cinco) dias da data do término do prazo recursal.

14.8. As representações, quando não caiba recurso, deve ser interposta no prazo de cinco dias úteis da intimação da decisão. (grifamos)

2.0. Isto posto, considerando que a decisão do julgamento das propostas foi informada para Recorrente via FAX no dia 07.07.10 (quarta-feira), iniciou-se o prazo para a interposição de recurso administrativo no dia 08.07.10 (quinta-feira), findando-se em **14.07.2010 (quarta-feira)**.

3.0. Assim, resta **TEMPESTIVO** o presente Recurso Administrativo.

## 2.0. DOS FATOS.

4.0. A Recorrente está participando de Processo de Licitação promovido pela Recorrida, regido pelo Edital nº 17/2010, conforme demonstram os documentos constantes no endereço eletrônico <http://licitacao.codevasf.gov.br/licitacoes/sede-brasilia-df/concorrenci/edital-no-017-2010/>, que tem como objeto a execução das obras e serviços relativos ao sistema de esgotamento sanitário no município de Várzea Nova, no Estado da Bahia.

5.0. O certame teve início em 22/04/10, data de entrega da documentação e propostas dos pretensos concorrentes, por meio da Modalidade de Concorrência, do tipo "Menor Preço". Os critérios e condições de participação estão minuciosamente descritos no edital, permitindo a participação de empresas do ramo, que possuíam, na data de apresentação das propostas, o capital social mínimo no valor de R\$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais), havendo, no entanto, condições diferenciadas para microempresas, empresas de pequeno porte e sociedade cooperativa, na forma prescrita da LC nº 123/06.

6.0. O instrumento convocatório rege-se sob o regime de empreitada por preço unitário (Art. 6, inciso VIII, alínea b, c/c art. 45, § 1º inciso I), com amparo na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, que regula o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal e dispõe sobre normas para licitações e contratos da Administração Pública, e na Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa (ME) e da Empresa de Pequeno Porte (EPP).

7.0. Atualmente, o processo licitatório em questão encontra-se aguardando decurso do prazo recursal para, então, seja prestada a garantia da execução do



contrato pela empresa vencedora, para assinatura do contrato, conforme atesta o comunicado da Secretaria de Licitações da CODEVASF transmitido via FAX para a Recorrente em 07/07/10, em anexo.

8.0. Acontece que a empresa declarada como vencedora do certame, T&T Engenharia, Irrigação e Sistemas e Automação Ltda - **EPP**, alcançou esta condição através das benesses da LC 123/06, porém, em razão do valor de seu faturamento ter ultrapassado o máximo permitido por lei, a mesma não se enquadra mais nesta categoria, e portanto não tem legitimidade legal para assinar o referido contrato com a Administração Pública, conforme será claramente demonstrado mais adiante.

9.0. A verdade é que a Recorrente ofereceu melhor lance financeiro quando da abertura dos envelopes na fase de análise e julgamento das propostas, conforme se vê na tabela apresentada no *Relatório de Exame e Julgamento da Proposta Financeira* (doc. anexo), em ordem crescente de classificação das primeiras colocadas:

EMPRESAS	VALOR GLOBAL
NABLA CONSTRUÇÕES LTDA	
T&T ENGENHARIA, IRRIGAÇÃO E SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA - EPP	R\$ 7.946.522,83
SOENGE CONSTRUTORA LTDA - EPP	R\$ 8.397.228,55
	R\$ 9.009.467,47

10. Após a abertura dos envelopes, foi constatado um empate técnico entre as duas propostas mais vantajosas, por haver diferença inferior a 10% entre os preços ofertados, porém, obteve preferência a segunda classificada, T&T Engenharia, por ser considerada uma EPP, em observância ao item 13.3.13.2, *in verbis*:

**13.3.13.2.** Para efeito do disposto no subitem 13.3.13 deste Edital (art. 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006), **ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:**

- A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, na forma da alínea "a" acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 1º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123 supra mencionada, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que se encontrem no intervalo estabelecido no § 1º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123 retro mencionada, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.





**13.3.13.3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 13.3.13.2 acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame. (grifo nosso)**

11. Assim, a empresa que estava em segundo lugar, após os reajustes necessários, passou a ocupar a primeira posição, cobrindo a oferta da vencedora original, vejamos:

EMPRESAS	VALOR GLOBAL
T&T ENGENHARIA, IRRIGAÇÃO E SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA - EPP	R\$ 7.931.156,98
NABLA CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 7.933.068,99
SOENGE CONSTRUTORA LTDA - EPP	R\$ 9.009.467,47

12. Entretanto, apesar de ter sido declarada pela Comissão de Licitação da CODEVASF como vencedora da licitação em comento, a empresa T&T Engenharia não tem legitimidade para gozar das prerrogativas concedidas às Empresas de Pequeno Porte, visto que seu faturamento anual desde 2009 já ultrapassou o valor máximo permitido por lei para esta categoria, conforme será demonstrado adiante, o que na prática desnatura a condição legal que a beneficiou no certame.

13. Postas tais considerações, a Recorrente tem o direito de ser declarada a real vencedora do processo licitatório em comento, haja vista ter oferecido proposta de menor preço, razão pela qual busca com urgência a análise do presente recurso, para ter seu direito efetivamente garantido, sob pena de haver danos irreparáveis ao erário público, haja vista a contratação de empresa com maior preço. Impõe-se a atribuição de efeito suspensivo ao recurso, com fulcro na cláusula 14.5, de modo a impedir que haja contratação da empresa T&T Engenharia, ou mesmo que esta preste a garantia prevista no item 11 do edital.

14. E, pois, com o justo receio de que esta situação se consume, que a Recorrente comparece a presença desta Comissão para requerer a concessão de efeito suspensivo ao presente recurso, impedindo que seja celebrado o contrato previsto no Edital 17/2010 com a "atual" vencedora. Em seguida dele conheça, prevendo-o no sentido de declarar a empresa **Nabla Construções Ltda** como a verdadeira vencedora da licitação, já que o critério de desempate utilizado entre as mesmas não merece guarida, uma vez que a empresa T&T Engenharia não se enquadra na categoria das Empresas de Pequeno Porte.

### **3.0. DO DIREITO DA RECORRENTE. PRECEDENTES NORMATIVOS, DOUTINÁRIOS E JURISPRUDENCIAIS.**

15. A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu art. 37, os princípios norteadores da Administração Pública, que dentre outros assuntos,



discorre acerca Licitação Pública, *in litteralis*:

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos **princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** e, também, ao seguinte:

**XXI** - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifos nossos)

16. O dispositivo legal retro, foi devidamente regulamentado pela Lei nº 9.333, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações, que instituiu normas para licitações e contratos a serem firmados com os órgãos do Poder Público.

17. O art. 3º da mencionada lei, assim reforça os preceitos constitucionais em destaque:

**Art. 3º** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifamos)

18. Segundo o entendimento do mestre Cretella Júnior<sup>1</sup>:

*"Licitação, no Direito Público brasileiro atual, a partir de 1967, tem o sentido preciso e técnico de procedimento administrativo preliminar complexo, a que recorre a Administração quando, desejando celebrar contrato com o particular, referente a compras, vendas, obras, trabalhos ou serviços, seleciona, entre várias propostas, a que melhor atende ao interesse público, baseando-se para tanto em critério objetivo, fixado de antemão, em edital, a que se deu ampla publicidade".*

19. Em outras palavras, a licitação **"é um procedimento administrativo em que diversos atos são praticados com o escopo final de selecionar uma proposta que, conforme critérios objetivos previamente definidos no instrumento convocatório, possibilite a posterior celebração de um contrato com o proponente melhor situado no julgamento final em decorrência de haver ofertado as melhores e**

<sup>1</sup> CRETELLA JÚNIOR, José. 5ª edição Curso De Direito Administrativo, 5ª Edição, Ed. Forense, São Paulo, 1997;



mais vantajosas condições. **Impõe-se, para esse fim, que se garanta tratamento isonômico a todos os interessados**, devendo estes demonstrar que atendem às condições de qualificação a todos impostas" - grifos nossos - explica Airton Rocha Nóbrega, Advogado no Distrito Federal e Professor da Universidade Católica de Brasília-UCB e da Escola Brasileira de Administração Pública - EBAP/FGV.

20. O jurista expõe ainda que "o certame observará etapas pré-determinadas, estando estas fixadas na Lei e no **regulamento interno da licitação**. Afere-se, assim, a qualificação dos participantes para, em seguida, examinar as propostas daqueles que tiverem demonstrado condições de execução do objeto, avaliando-se e classificando-se, nesse instante, as propostas que foram por eles formuladas. O vencedor do certame será, desse modo, o licitante que vier a ofertar a melhor fórmula econômica para a execução do objeto contratual, passando ele, a partir do momento da proclamação do resultado à condição de adjudicatário, a quem se reserva a garantia insculpida no art. 50 da Lei 8.666/93". grifamos

21. Deste modo, o **Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório** é de fundamental importância para que haja efetiva transparência do processo licitatório, estando consagrado no art. 41, caput, da Lei nº 8.666/93, verbis:

"A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada".

22. Nesse contexto, mister frisar que **o edital torna-se lei entre as partes**, assemelhando-se a um contrato de adesão cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pelo Estado. Este mesmo princípio dá origem a outro que lhe é afeto, qual seja, o da **inalterabilidade do instrumento convocatório**.

23. Assim, faz-se imperiosa a reconsideração da decisão recorrida para sanar as irregularidades ocorridas no processo licitatório, de acordo com os moldes estabelecidos no edital, de modo a declarar a empresa Nabla Construções Ltda como a verdadeira vencedora da licitação em tela, uma vez que a atual campeã não faz jus a posição de EPP.

### **3.1. DA DEFINIÇÃO DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE. LC Nº 123/06.**

24. A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

25. O art. 3º da referida lei define expressamente as Empresas de Pequeno Porte, senão vejamos:



**Veras**ADVOGADOS  
ASSOCIADOS

**Art. 3º** Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

**I** - no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

**II** - no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

**§ 1º** Considera-se receita bruta, para fins do disposto no *caput* deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

**§ 4º** Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

- I** - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- II** - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- III** - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, **desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do *caput* deste artigo;**
- IV** - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do *caput* deste artigo;
- V** - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do *caput* deste artigo;
- VI** - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- VII** - que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- VIII** - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- IX** - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- X** - constituída sob a forma de sociedade por ações.



§ 3º O disposto nos incisos IV e VII do § 4º deste artigo não se aplica à participação no capital de cooperativas de crédito, bem como em centrais de compras, bolsas de subcontratação, no consórcio previsto nesta Lei Complementar, e associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedade, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte.

**§ 6º Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte incorrer em alguma das situações previstas nos incisos do § 4º deste artigo, será excluída do regime de que trata esta Lei Complementar, com efeitos a partir do mês seguinte ao que incorrida a situação impeditiva.**

26. Dúvidas não há que a empresa T&T Engenharia não mais se enquadra na condição de EPP. Além disso, conforme se vislumbra no extrato do Portal da Transparência a mesma já faturou mais de cinco milhões no ano de 2009, o que já bastaria para suspender a condição de Empresa de Pequeno Porte. E por obviedade impediria o gozo do benefício previsto na LC nº 123/06, art. 44, § 1º.

### **3.2. DA DESCARACTERIZAÇÃO DA T&T ENGENHARIA, IRRIGAÇÃO E SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

27. Na documentação apresentada à Comissão de Licitação da CODEVASF, ora Impetrada, em cumprimento ao disposto no edital nº 17/2010, a empresa T&T Engenharia, Irrigação e Sistemas de Automação Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 02.109.175/0001-67, apresentou **DECLARAÇÃO DE EPP**, na qual atesta, sob as penalidades da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006.

28. Ocorre, porém, que na realidade desde o ano de 2009, a referida empresa vem percebendo rendimento superior ao importe de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), ou seja, ultrapassou o máximo permitido por lei para EPP, conforme previsão expressa do inciso II, art. 3º, da LC 123/06, **o que a impede de gozar de regime diferenciado e favorecido, conforme o disposto no § 6º no mesmo artigo retro.**

29. Ressalte-se que conforme mostram as tabelas retiradas no Portal da Transparência do Governo Federal (Controladoria Geral da União - CGU), constante no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/>, o faturamento da empresa T&T Engenharia em **2009** foi de **R\$ 5.648.319,22 (cinco milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, trezentos e dezenove reais e vinte dois centavos)**, ou seja, mais que o dobro do valor permitido por lei.





30. Em **2010** a referida empresa já aponta o rendimento de **R\$ 3.385.780,50 (três milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta centavos)**, montante que também supera o limite legal.

31. Frise-se em oportuno, que segundo as informações constantes no Portal da Transparência, a própria CODEVASE, é quem faz o repasse do importe de 2010 para a favorecida T&T Engenharia, e, portanto tem total ciência de que a referida empresa não pode se valer do tratamento diferenciado dado às EPPs, posto que a **LC 123/06, em seu art. 3º, parágrafo 6º**, afirma que caso seja ultrapassado o limite máximo permitido, a empresa será automaticamente **EXCLUÍDA DO REGIME DIFERENCIADO** a que fazia jus.

32. Diante do exposto, forçoso concluir que a empresa T&T Engenharia não poderia ter coberto a oferta da empresa Nabla Construções, ora Recorrente, já que no momento da licitação em tela encontrava-se excluída das prerrogativas expostas na Lei Complementar acima.

33. O mais adequado era que durante a análise da documentação das concorrentes, a Comissão tivesse apontado a irregularidade acima, e se valido dos mecanismos apropriados para **inabilitar a proponente T&T Engenharia na condição de EPP**, permitindo tratamento igualitário entre as concorrentes, e não preterir a Nabla Construções Ltda tal como aconteceu.

34. No entanto, importante dizer que em um Estado Democrático de Direito, a própria Administração Pública goza da prerrogativa de poder anular seus atos, quando cívicos de qualquer irregularidade.

35. Deste modo, em razão do Princípio da Autotutela, a Administração Pública guarda para si a possibilidade de rever seus próprios atos. Di Pietro<sup>2</sup> assim expõe:

"Pela autotutela o controle se exerce sobre os próprios atos, com a possibilidade de anular os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos, independentemente de recurso ao judiciário."

36. O referido princípio encontra-se consagrado na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, in verbis:

"A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em qualquer caso, a apreciação judicial".

<sup>2</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996. p. 66.



37. Assim, a Administração Pública tem o poder de declarar nulos os seus próprios atos, quando da constatação de ilegalidade dos mesmos, ou então de revogá-los sob a égide dos critérios de oportunidade e conveniência do ato. No **processo de licitação** esta prática pode ser exercida *ex officio*, quando a autoridade competente verificar a ilegalidade de qualquer ato praticado durante o certame ou por provocação.

38. Ilza Maria Barros Spiazzi<sup>3</sup> conta que não se exige formalidade especial e nem há prazo determinado para a anulação do ato, salvo, se houver norma legal que o fixe expressamente. O que se exige, é a demonstração do ato ilegal que ensejou a anulação do procedimento.

39. A nulidade do ato acarreta efeito *ex tunc*, ou seja, retroage desvinculando as partes desde o momento da prática do ato ilegal. Como corolário, desconstitui os efeitos jurídicos produzidos, resguardando, no entanto, os direitos de terceiros de boa-fé.

40. Outrossim, o art. 59 da Lei nº 9.666/93, prevê a possibilidade de indenização ao contratado, caso ele não tenha dado causa ao vício que anulou o contrato. Veja-se:

Art. 59. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Parágrafo único. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

41. Isto posto, busca a Recorrente, por meio do recurso ora interposto, a retificação e revogação dos atos ilegais da recorrida, a fim de garantir seu direito de ser a vencedora do certame em liça, o que se impõe por medida de justiça.

#### **4.0. DO DIREITO DA RECORRENTE**

42. Uma vez demonstrado que a empresa T&T Engenharia não se enquadra na condição de EPP, a mesma não pode usufruir o tratamento favorecido pela LC nº 123/06, e portanto não poderá gozar da prerrogativa de poder cobrar a oferta da vencedora original, que é a empresa Nabla Construções Ltda.

<sup>3</sup> Bacharel em Direito/PR



43. Em assim sendo, a Recorrente tem o direito líquido e certo de ser declarada a real vencedora do certame, já que apresentou proposta de preço mais vantajosa para CODEVASF, ora Recorrida. Conforme já dito na narrativa fática do presente writ, o próprio edital, no item 13.3.13.3 prevê esta possibilidade, repisamos:

**13.3.13.3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 13.3.13.2 acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.**

44. Isto posto requer a Recorrente o acolhimento do presente Recurso Administrativo em todos os seus termos, com a aplicação de efeito suspensivo, conforme exposto no item 14.5 do edital 17/2010, por ser esta a aplicação da mais lúdima JUSTIÇA!

#### 5.0. DOS PEDIDOS:

A) Diante de todo o exposto, roga-se à VOSSA SENHORIA o acolhimento do presente recurso, empregando efeito suspensivo, conforme disposto no item 14.5 do certame em epígrafe, requerendo seja RECONSIDERADA a decisão que declarou a empresa **T&T Engenharia, Irrigação e Sistemas de Automação Ltda**, como a vencedora da licitação regida pelo edital nº 17/2010, devendo ser reconhecido que a mesma não se enquadra mais na condição de empresa de pequeno porte, por perceber faturamento superior ao permitido por lei, nos termos do art. 3º da LC nº 123/2006;

B) Ato contínuo, requer seja declarada a empresa **Nabla Construções Ltda**, ora Recorrente, como a vencedora originária do referido certame, pelas razões de fato e de direito acima expostas, afim de que possa ser concluído o certame em questão, com devida observância da legislação pátria.

Termos em que,  
Pede e espera deferimento.  
Fortaleza/CE, 13 de julho de 2010.

ANDREI BARBOSA DE AGUIAR  
OAB/CE 19.250

  
JAIME DE MORAIS VERAS JUNIOR  
OAB/CE 16.921

IRAPUAN DINIZ DE AGUIAR  
OAB/CE 11.470

JAMILSON DE MORAIS VERAS  
OAB/CE 16.926





JOSÉ EDUARDO MARZAGÃO FILHO  
OAB/CE 18.257

GEISA BARBOSA DE AGUIAR  
OAB/CE 21.082

ANTÔNIA JULIANNA M. DO NASCIMENTO  
OAB/CE 22.523

*Danielle Capistrano Rolim Mota*  
DANIELLE CAPISTRANO ROLIM MOTA  
OAB/CE 20.015

LAÉRCIO LEITE AMORIM FILHO  
ACADÊMICO DE DIREITO

CAROLINA COIMBRA HOLANDA  
ACADÊMICA DE DIREITO



**ADITIVO DE CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA  
NABLA CONSTRUÇÕES LTDA**

01

José Cidrão Filho, brasileiro, natural de Marrecas – Tauá – Ceará, casado em comunhão universal de bens, engenheiro civil, portador da identidade nº 577.224-SSP/Ce, CPF nº 107.613.303-72, residente e domiciliado nesta Capital à rua Joaquim Nabuco, 2485 – Ap 1002 – Bairro Dionísio Torres, CEP 60.125-121, em Fortaleza – Ceará; **Manoel Carvalho Cidrão**, brasileiro, casado em comunhão universal de bens, natural de Marrecas – Tauá – Ceará, engenheiro civil, portador da identidade nº 664.918-SSP/Ce, CPF nº 119.210.993-72, residente e domiciliado à rua Carvalho Lima, 66 – Ap 1602 – Bairro Aldeota, CEP 60.125-040, em Fortaleza – Ceará; **José Castelo Cidrão**, brasileiro, natural de Marrecas – Tauá – Ceará, casado em comunhão universal de bens, brasileiro, casado, agrimensor, portador da identidade nº 126.580-SSP/Ce, CPF nº 005.807.913-00, residente e domiciliado no distrito de Marrecas, CEP 62.660-000, Município de Tauá-Ce e **Antonia Cleonice Carvalho Cidrão**, brasileira, natural de Marrecas – Tauá – Ceará, solteira, economista, portadora da identidade nº 480.120-SSP/Ce, CPF nº 053.629.973-00, residente e domiciliada nesta Capital à Rua Cel Linhares nº 2290 – Ap 902 – Bairro Dionísio Torres, Cep. 60.170-241, nascida aos 08 dias do mês de janeiro de 1953, únicos componentes da sociedade limitada **NABLA CONSTRUÇÕES LTDA**, estabelecida em Fortaleza – Ceará, a rua Cel Salviano Lopes, 37 Papicu, CEP 60.191-070, inscrita no CNPJ nº 06.866.305/0001-67 e CGF nº 06.842.483-3, firma constituída por contrato social NIRC nº 23200220895 arquivado na Junta Comercial do Estado do Ceará em 01/10/1981, modificado pelos aditivos AC 31104/82 arquivado em 24/08/1982; AC 40498/85 arquivado em 14/03/1988; AC 47411/86 arquivado em 13/10/1986; AC 73406/88 arquivado em 10/05/1988; AC 23293592 arquivado em 06/09/1991; AC 232.105.809 arquivado 19/07/1993; AC 232.14.542 arquivado em 27/09/1994; AC 232.164.509 arquivado em 25/05/2001 e AC 20040437990 arquivado em 08/07/2004, resolvem de pleno acôrdo **CONSOLIDAR E ADAPTAR**, seus atos constitutivos conforme determina a Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, mediante as cláusulas a seguir:

**PRIMEIRA** – A sociedade constituiu-se mediante contrato escrito, particular, sob a denominação **NABLA CONSTRUÇÕES LTDA**, com sede a rua Cel Salviano Lopes, 37, – Bairro – Papicu, CEP 60.191-070 – em Fortaleza-Ceará, tendo por objeto a indústria da construção civil em geral, projetos, cálculos, instalações hidrossanitárias, saneamento, pavimentação, terraplenagem, obras d'artes especiais e correntes, topografia e prestação de serviços de engenharia civil em geral

**SEGUNDA** – A sociedade iniciou suas atividades em 01 de setembro de 1981, sendo o prazo de duração da sociedade por tempo indeterminado, e será dissolvida de pleno direito, por qualquer das causas previstas no art 1.044 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002

**TERCEIRA** – O capital da sociedade é de R\$ 1.780.000,00 (Um Milhão, Setecentos e Oitenta Mil Reais), dividido em 1.780.000 (Um Milhão, Setecentos e Oitenta Mil) quotas de R\$ 1,00 (Um Real) cada, totalmente integralizado neste ato, em moeda corrente nacional dividido entre os sócios da seguinte forma:

Continua



## Continuação 02

José Cidrão Filho	686.012 Quotas	R\$ 686.012,00
Manoel Carvalho Cidrão	623.534 Quotas	R\$ 623.534,00
José Castelo Cidrão	343.362 Quotas	R\$ 343.362,00
Antônia Cleonice Carvalho Cidrão	127.092 Quotas	R\$ 127.092,00
Total	1.780.000 Quotas	R\$ 1.780.000,00

**QUARTA** – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos demais sócios, a quem ficam assegurados, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição, na proporção das quotas que possuir se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente, observado o que determina os Artigos 1.056 e 1.057 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

**QUINTA** – O sócio que desejar transferir suas cotas deverá notificar por escrito a sociedade, discriminando-lhe o preço, forma e o prazo de pagamento, para que esta exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de 60 (Sessenta) dias, contados do recebimento da notificação ou em maior prazo, a critério do sócio alienante. Decorrido este prazo, sem que seja exercido o direito de preferência, as cotas poderão ser livremente transferidas.

**SEXTA** – A administração da sociedade caberá aos sócios: **José Cidrão Filho e Manoel Carvalho Cidrão**, independentes a quem competem às condições de sócios administradores de forma primitiva e individual, o uso da denominação social e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, vedado no entanto em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos demais sócios, observados os artigos 1.016 e 1.017 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

**SÉTIMA** – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas responde solidariamente pela integralização do capital social.

**OITAVA** – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou prejuízos apurados.

**NONA** – Os sócios administradores, terão direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, que será estipulada anualmente por consenso pela maioria dos sócios com participação no capital social.

**DÉCIMA** – A sociedade poderá abrir ou fechar filiais ou outra dependência, mediante alteração contratual, registrada nos órgãos competentes.

Continua





Continuação 03

**DÉCIMA PRIMEIRA** – Falecendo ou interditado qualquer sócio a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado

**Parágrafo único** – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio, conforme preceitua os artigos 1.028 e 1.031 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

**DÉCIMA SEGUNDA** – Os sócios declaram sob as penas da lei, que não estão incurso em nenhum crime previsto em Lei, que os impeçam de exercer as atividades comerciais, de acordo com o que preceitua o artigo 1.011 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

**DÉCIMA TERCEIRA** – Fica eleito o foro da Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

É por estarem de pleno e comum acordo, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Fortaleza, 05 de Janeiro de 2005.

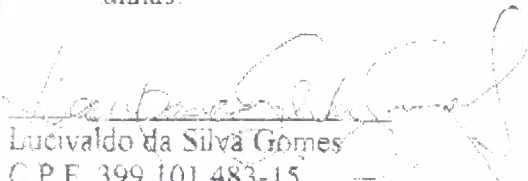
  
José Cidrão Filho


  
Manoel Carvalho Cidrão

  
José Castelo Cidrão

  
Antonia Cleonice Carvalho Cidrão

unhas.

  
Lucivaldo da Silva Gomes  
C.P.F. 399.101.483-15  
RG 94002515138 - SSP-Ce

  
Carlos Eduardo Furtado da Silva  
C.P.F. 645.162.533-72  
RG. 98002399246 - SSP-Ce

GASTOS DIRETOS POR FAVORECIDO (PESSOAS JURÍDICAS POR ATIVIDADE ECONÔMICA)

Total destinado pelo Governo Federal em âmbito nacional em 2008 - Aplicações Diretas: R\$ 931.122.144.673,70

Atividade Econômica: CONSTRUÇÃO: R\$ 6.370.408.971,29

Subclasse Econômica: Construção de edifícios: R\$ 1.494.291.512,55

CNPJ	Razão Social [Nome Fantasia]	Total no Ano (R\$)
02.109.175/0001-67	T & T ENGENHARIA, IRRIGACAO E SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA EPP [IRRIGA SOLO]	987.930,29
07.913.196/0001-54	T.C. TRANSPORTE, CONSTRUCAO E SERVICO LTDA [T.C. TRANSPORTE E CONSTRUCAO]	20.681,50
03.408.139/0001-67	T.S.N. CONSTRUÇÕES LTDA	179.349,45
04.253.189/0001-85	TAFE CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA ME [TAFE CONSTRUÇÕES]	45.048,41
61.701.314/0001-06	TALUDE COMERCIAL E CONSTRUTORA LTDA	92.869,02
07.886.477/0001-65	TAMBAU CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA [CONSTRUTORA TAMBAU LTDA]	6.767,35
05.488.339/0001-00	TANGO INVESTIMENTOS LTDA. [TANGO]	22.469,80
01.807.706/0001-22	TANGRAM ENGENHARIA LTDA	2.799.129,09
01.332.842/0001-03	TAPARA - CONSTRUCAO CIVIL, SERVICOS, COMERCIO E NAVEGACAO LTDA [CONSTRUTORA TAPARA]	3.500,00
04.842.353/0001-90	TAPUME CONSTRUÇÕES E RECUPERAÇÃO DE OBRAS CIVIS LTDA [TAPUME]	82.882,32
95.396.115/0001-53	TAROMA CONSTRUÇÕES LTDA	53.573,74
08.764.240/0001-74	TAVARES & VALE LTDA. [CONSTRUTORA SERIDO]	14.184,13
13.351.218/0001-32	TAVARES MENDONCA CONSTRUÇÕES LTDA EPP [TAVARES MENDONCA]	3.953,08
07.829.751/0001-64	TCL CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA	1.946.621,06
05.717.441/0001-22	TCN ENGENHARIA LTDA [TCN ENGENHARIA LTDA]	683.615,57

**GASTOS DIRETOS POR FAVORECIDO (PESSOAS JURÍDICAS POR ATIVIDADE ECONÔMICA)**

Total destinado pelo Governo Federal em âmbito nacional em 2009 - Aplicações Diretas: R\$ 1.060.536.887,260,99  
Atividade Econômica: **CONSTRUÇÃO**: R\$ 11.005.863.897,11  
Subclasse Econômica: **Construção de edifícios**: R\$ 2.236.153.408,79

CNPJ	Razão Social [Nome Fantasia]	Total no Ano (R\$)
93.731.180/0001-62	SUL CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA	19.718,75
63.747.513/0001-80	SULAMERICA OCIDENTAL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA [SULAMERICA OCIDENTAL]	311,85
96.293.683/0001-91	SULLE ENGENHARIA LTDA	7.940,00
02.389.859/0001-60	SUPER V CONSTRUCOES LTDA - ME [SUPER V CONSTRUCOES]	14.662,39
04.442.465/0001-53	SUPERSEVE COMERCIO REPRESENTACAO IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA [SUPERSEVE]	1.508.789,26
08.813.796/0001-03	SUPORT ENGENHARIA E SERVICOS LTDA [SUPORT ENGENHARIA]	31.323,05
09.544.169/0001-87	SUPRA ENGENHARIA LTDA [SUPRA ENGENHARIA]	172.531,28
05.761.094/0001-35	SUSYO R. B. DE SIQUEIRA - ME [BENTES SIQUEIRA CONSTRUCOES]	17.473,04
09.386.275/0001-80	SYMA ENGENHARIA, PROJETOS E CONSTRUCAO CIVIL LTDA	23.979,92
00.286.352/0001-55	SYSTEMS ENGENHARIA LTDA ME [SYSTEMS ENGENHARIA]	5.745,61
08.332.617/0001-16	SZ ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA [SZ ENGENHARIA E CONSTRUCOES]	160.000,00
07.216.009/0001-83	T & T CONSTRUCOES LTDA	3.800,00
02.109.175/0001-67	Y & T ENGENHARIA, IRRIGACAO E SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA EPP [IRRIGA SOLO]	5.648.319,22
07.913.196/0001-54	T C ENGENHARIA LTDA [T.C. TRANSPORTE E CONSTRUCAO]	520.143,45
01.807.706/0001-22	TANGRAM ENGENHARIA LTDA	7.800,00



Portal da Transparência - Gastos Diretos por Favorecido (Pessoas jurídicas por atividade econômica)

Total destinado pelo Governo Federal em âmbito nacional em **2009** - Aplicações Diretas:

Atividade Econômica: **CONSTRUÇÃO:**

Subclasse Econômica: **Construção de edifícios:**

Favorecido: **T & T ENGENHARIA, IRRIGACAO E SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA EPP [IRRIGA**

**SOLO]**:  
Despesa: **Investimentos - Obras e Instalações:**

Órgão Superior	Órgão	Unidade Gestora	Total no Ano (R\$)
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO	CIA DE DESENV DOS VALES DO S.FRANC.E PARNAIBA	4.177.046,44

**GASTOS DIRETOS POR FAVORECIDO (PESSOAS JURÍDICAS POR ATIVIDADE ECONÔMICA)**

Total destinado pelo Governo Federal em âmbito nacional em 2010 - Aplicações Diretas: R\$ 438.933.882,892,23

Atividade Econômica: CONSTRUÇÃO: R\$ 3.683.548.526,25

Subclasse Econômica: Construção de edifícios: R\$ 814.370.700,42

CNPJ	Razão Social [Nome Fantasia]	Total no Ano (R\$)
05.268.563/0001-89	SW ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA [SW ASSESSORIA E SERVIÇOS]	624.714,91
09.366.275/0001-80	SYMA ENGENHARIA, PROJETOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA	7.732,25
02.109.175/0001-67	T & T ENGENHARIA, IRRIGAÇÃO E SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA EPP [IRRIGA SOLO]	3.385.780,50
07.930.910/0001-12	T C ENGENHARIA LTDA	219.998,89
07.913.196/0001-54	T C ENGENHARIA LTDA [T.C. TRANSPORTE E CONSTRUÇÃO]	170.264,98
07.141.911/0001-88	T. M. N. CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	4.320,00
01.807.706/0001-22	TANGRAN ENGENHARIA LTDA	235.926,62
11.301.559/0001-78	TANIA MARA ALEXANDRE & CIA. LTDA ME [T & T EDIFICAÇÕES]	447.222,72
04.842.353/0001-90	TAPUME CONSTRUÇÕES E RECUPERAÇÃO DE OBRAS CIVIS LTDA [TAPUME]	401.528,96
02.391.020/0001-66	TARUMA CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP	7.986,95
02.287.038/0001-12	TAVARES & FRANCA LTDA [CONSTRUTORA FRANCA]	17.523,92
07.829.751/0001-64	TCL CONSTRUÇÕES LTDA	579.172,22
07.185.771/0001-40	TEC CONSTRUÇÕES LTDA	1.012.753,25
00.635.391/0001-10	TECCON S/A CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO	59.808,85
09.188.332/0001-16	TEC-DESIGNER METAL MECÂNICA E CONSTRUÇÕES LTDA [TEC-DESIGNER]	30.000,00

Página 106/115

GASTOS DIRETOS POR FAVORECIDO (PESSOAS JURÍDICAS POR ATIVIDADE ECONÔMICA)

Total destinado pelo Governo federal em âmbito nacional em 2010 - Aplicações Diretas: R\$ 438.933.882.892,23  
Atividade Econômica: CONSTRUÇÃO: R\$ 3.683.548.526,25  
Subclasse Econômica: Construção de edifícios: R\$ 814.370.700,42  
Favorecido: T & T ENGENHARIA, IRRIGACAO E SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA EPP [IRRIGA SOLO]: R\$ 3.385.780,50  
Despesa: Investimentos - Obras e Instalações: R\$ 3.311.152,10

Órgão Superior	Órgão	Unidade Gestora	Total no Ano (R\$)
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO	CIA DE DESENV. DOS VALES DO S. FRANCISCO - PARNAIBA	3.311.152,10



**PROCURAÇÃO GERAL PARA O FORO**

**OUTORGANTE: NABLA CONSTRUÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n.º 06.866.305/0001-67, com sede na Rua Cel. Salviano Lopes, 37, Papicu, Fortaleza/CE, CEP 60.191-070, neste ato representada por seu sócio **JOSÉ CIDRÃO FILHO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob n. 107.613.303-72, residente e domiciliado na Rua Joaquim Nabuco, 2485, apto. 1002, Dionísio Torres, CEP. 60.125-121.

**OUTORGADOS: JAIME DE MORAIS VERAS JUNIOR**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob n.º 16.921; **JAMILSON DE MORAIS VERAS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob n.º 16.926; **JOSÉ EDUARDO MARZAGÃO FILHO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob n.º 18.257 e **ANDREI BARBOSA DE AGUIAR**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob n.º 19.250, todos com endereço profissional no escritório **VERAS ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito na OAB/CE sob o n.º 495, localizado na Rua Francisco Xerez, n.º 191, Bairro Cocó, Fortaleza/CE, CEP.: 60.810-035.

**PODERES:** Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante acima qualificado nomeia e constitui seus bastantes procuradores os outorgados, também supra qualificados, aos quais concede procuração geral para o foro, com os poderes das cláusulas *ad iudicia et extra* para sua representação e defesa, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal ou Repartição Pública (SEFAZ, Receita Federal, etc.), nos termos do artigo 5º, § 2º, da Lei n.º 8.906, de 04.07.1994, combinado com os poderes especiais do artigo 38, do CPC, ou seja, confessar, desistir, transigir, renunciar o direito em que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda substabelece-la, com ou sem reserva de iguais poderes, bem como cancelar, para a segunda hipótese, os poderes conferidos ao(s) substabelecido(s).

Fortaleza/CE, 13 de julho de 2010.

  
**NABLA CONSTRUÇÕES LTDA.**